



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680339 - SP (2021/0220112-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CICERO SALUM DO AMARAL LINCOLN E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
CÍCERO SALUM DO AMARAL LINCOLN - SP319219
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYCON DE JESUS ROZA FLORIANO (PRESO)
OUTRO NOME : MAICON DE JESUS ROZA FLORIANO
CORRÉU : MARCELO LUIZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYCON DE JESUS ROZA FLORIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2090887-64.2021.8.26.0000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário epigrafado, manteve - no acórdão de fls. 40/43 - a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade às fls. 94/96, inicialmente nos contornos do art. 1º, incisos I e III, da Lei n. 7.960/89, em 9/4/2021 e, na sequência, convertida em preventiva, por suposta prática de três crimes de roubo majorado, praticados pelo concurso de agentes, pela restrição de liberdade das vítimas e pelo emprego de arma de fogo.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada e genérica segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis, além de despida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, sem qualquer risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal, não preenche - como *ultima ratio* - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP, associados à dicção do art. 93, inciso IX, da CF/88.

Nesse panorama, roga o impetrante, liminarmente, pela revogação da prisão preventiva, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem

ambulatorial, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente